



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 250,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 463 125.00	
	A 1.ª série	Kz: 273 700.00	
	A 2.ª série	Kz: 142 870.00	
	A 3.ª série	Kz: 111 160.00	

SUMÁRIO

Ministério da Agricultura

Decreto Executivo n.º 192/13:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus.

Decreto Executivo n.º 193/13:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção deste Ministério.

Ministério dos Petróleos

Decreto Executivo n.º 194/13:

Aprova os índices de repartição por produto refinado de petróleo bruto para efeito do cálculo dos preços Ex-Refinaria.

Ministério da Cultura

Decreto Executivo n.º 195/13:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 34/05, de 4 de Março.

Decreto Executivo n.º 196/13:

Cria o Museu Nacional de História Natural e aprova o seu Estatuto Orgânico.

Decreto Executivo n.º 197/13:

Cria o Museu Nacional de Arqueologia e aprova o seu Estatuto Orgânico.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1384/13:

Promove Miguel Ventura Catraio para a categoria de Assessor Principal.

Despacho n.º 1385/13:

Cede Miguel Ventura Catraio, Assessor Principal, para exercer o cargo de Secretário Geral do Ministério da Indústria.

Ministério da Energia e Águas

Despacho n.º 1386/13:

Desvincula Benísio Barreto Neto, Assessor Principal, do quadro de pessoal deste Ministério para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 1387/13:

Reintegra Rofino Martins Manuel Micano, Operário Qualificado de 1.ª Classe, no quadro de pessoal do Centro de Formação Profissional de Electricidade Comandante Hoji-ya-Henda.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto Executivo n.º 192/13**de 4 de Junho**

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus a que se refere o artigo 15.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Junho de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA DO BOM JESUS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus, abreviadamente designado por GADHBJ, é o serviço personalizado do Ministério da Agricultura, subsidiado

autonomamente pelo Orçamento Geral do Estado, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimonial, incumbido de assegurar o desenvolvimento da actividade agro-pecuária no perímetro do Bom Jesus.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

O Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus tem as atribuições seguintes:

- a) gestão e controlo de 1300 hectares de terra, área do perímetro;
- b) gerir e controlar o sistema primário e secundário de rega e de drenagem, incluindo as infra-estruturas de base, nomeadamente o sistema de bombagem, dique de protecção, estradas de serviço, linhas de condução e distribuição de energia, média e baixa tensão, canais, entre outros;
- c) conceber, elaborar e acompanhar a execução de projectos e planos de exploração agro-pecuárias;
- d) prestar assistência técnica bem como apoiar os agricultores na experimentação e vulgarização agrária;
- e) analisar e estudar os problemas resultantes da concessão e utilização da terra, de infraestruturas e tomar iniciativas com vista a criar condições de acesso à habitações por parte dos técnicos e trabalhadores do Gabinete, bem como dos agricultores;
- f) promover a criação de mecanismos que permitam a recolha e tratamento sistemático de informação básica sobre meteorologia, hidrometria, solos e ambiente em geral;
- g) pronunciar-se sobre as características dos meios de produção a introduzir na área do perímetro;
- h) promover a elevação dos índices de produtividade e apoiar as actividades relacionadas com a produção, comercialização, industrialização e transformação dos produtos agrícolas;
- i) elaborar e executar, a nível local, programas de acção no domínio da produção agro-pecuária;
- j) cooperar com os demais órgãos do Ministério bem como os institutos de investigação, nacionais e internacionais;
- k) realizar o ordenamento territorial, cadastro e licenciamento agro-pecuário.

CAPÍTULO II
Organização

ARTIGO 3.º
(Estrutura Orgânica)

O Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus tem a estrutura seguinte:

- a) Direcção;
- b) Conselho Directivo;
- c) Conselho Técnico;

- d) Secção de Administração e Serviços Gerais;
- e) Secção de Agro-Pecuária e Hidráulica Agrícola.

ARTIGO 4.º
(Direcção)

O Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus é dirigido por um director, com o cargo de chefe de departamento ao qual compete, em especial:

- a) organizar e dirigir as actividades do Gabinete;
- b) elaborar os relatórios de actividade do Gabinete;
- c) submeter propostas e estudos aos órgãos de direcção do Ministério da Agricultura;
- d) convocar e presidir os conselhos directivo e técnico;
- e) propor ao Ministro a nomeação e exoneração dos chefes de secção;
- f) exercer os poderes gerais de gestão patrimonial;
- g) propor ao órgão de tutela a admissão, promoção e demissão do pessoal sob sua jurisdição, observando as disposições legais;
- h) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 5.º
(Conselho Directivo)

1. O Conselho Directivo é uma estrutura de apoio e consulta do director do gabinete, em matéria de gestão, organização e disciplina laboral.

2. O Conselho Directivo é convocado e presidido pelo director e dele fazem parte os chefes de secção, podendo participar das respectivas sessões os técnicos superiores e outros funcionários convocados ou convidados pelo director.

3. O Conselho Directivo reúne de forma ordinária trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que for necessário, mediante convocatória do director de gabinete e com agenda de trabalho estabelecida por este.

ARTIGO 6.º
(Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é uma estrutura de apoio e consulta do director do gabinete, ao qual compete pronunciar-se sobre questões metodológicas e de índole técnico-científica de planeamento relacionadas com o desenvolvimento agro-pecuário e hidráulico da região.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo director do gabinete e dele fazem parte os chefes de secção e técnicos ligados ao gabinete, podendo ser convidados outros responsáveis e técnicos integrantes ou não no Ministério.

3. O Conselho Técnico reúne de forma ordinária uma vez por ano e, extraordinariamente, quando for necessário, mediante convocatória do director do gabinete e com agenda estabelecida por este.

ARTIGO 7.º
(Secção de Administração e Serviços Gerais)

1. A Secção de Administração e Serviços Gerais é a estrutura que assegura as funções ligadas aos recursos huma-

nos, finanças, relações públicas, secretariado, informática e património.

2. À Secção de Administração e Serviços Gerais compete:

- a) elaborar o projecto de orçamento do gabinete e executá-lo após a sua aprovação;
- b) proceder ao registo, encaminhamento e arquivo da correspondência geral;
- c) coordenar e organizar a contabilidade;
- d) assegurar a gestão do pessoal nos domínios da promoção, transferências e licenças;
- e) assegurar a aquisição de bens e equipamentos necessários ao funcionamento do gabinete e velar pela sua manutenção e conservação;
- f) elaborar programas de formação técnica, profissional e cultural do pessoal afecto ao gabinete;
- g) promover a recolha, processamento e divulgação de informação de actividades agro-pecuárias e outros;
- h) identificar e avaliar os projectos de investimentos e coordenar as acções de financiamento;
- i) organizar e manter actualizada as bases de dados e estatísticas sobre toda a actividade desenvolvida pelo gabinete;
- j) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. A Secção de Administração e Serviços Gerais é chefiada por um responsável com o cargo de chefe de Secção.

ARTIGO 8.º

(Secção de Agro-Pecuária e Hidráulica Agrícola)

1. A Secção de Agro-pecuária e Hidráulica Agrícola é a estrutura que assegura o apoio técnico aos agricultores e criadores de gado nos domínios da formação, organização, desenvolvimento do associativismo agrícola, da nutrição e sanidade animal bem como da hidráulica agrícola e eletromecânica.

2. À Secção de Agro-pecuária e Hidráulica Agrícola compete:

- a) criar infra-estruturas no campo que permitam o seu uso racional pelos agricultores e pecuaristas;
- b) desenvolver as áreas experimentais, pecuaristas, horto-frutícolas e de outras espécies;
- c) parcelar terra e criar os acessos, picadas caminhos que permitam o seu uso racional pelos agricultores e criadores de gado;
- d) assegurar o inventário agro-pecuário da região;
- e) fiscalizar a actividade agrícola dentro da legislação vigente;
- f) proceder ao levantamento e execução de planos topógrafos e croquis de representação dos terrenos agrícolas;

g) controlar, organizar e actualizar o cadastro agrícola;

h) garantir a captação e fornecimento dos recursos hídricos para a irrigação;

i) assegurar o funcionamento de infraestruturas, equipamentos hidráulicos e as operações de manutenção técnica;

j) promover e assegurar a utilização de sistemas de rega e drenagem a baixo custo;

k) acompanhar, orientar e fiscalizar os trabalhos referentes à utilização dos meios hídricos;

l) apoiar a elaboração dos projectos dos agricultores, com vista à captação de recursos necessários à sua actividade;

m) garantir a captação e fornecimento de água para a irrigação e drenagem;

n) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. A Secção de Agro-pecuária e Hidráulica Agrícola é chefiada por um responsável com o cargo de chefe de secção.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

ARTIGO 9.º

(Competências dos chefes de secção)

Ao chefe de Secção compete, em especial:

- a) assegurar o cumprimento das tarefas cometidas a secção e controlar a sua execução;
- b) coordenar a execução dos trabalhos da secção, respondendo pelo seu cumprimento;
- c) despachar com o director de gabinete;
- d) manter a disciplina na secção;
- e) controlar a pontualidade e assiduidade dos funcionários da secção;
- f) elaborar periodicamente os planos de actividades da secção e respectivos relatórios;
- g) exercer as demais tarefas que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 10.º

(Quadro de pessoal)

1. O Quadro de pessoal do Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus é o que consta do anexo I ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

2. O provimento dos lugares do quadro de pessoal e a progressão na respectiva carreira faz-se nos termos da legislação aplicável à administração pública.

ARTIGO 11.º

(Organigrama)

O organigrama do Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus é o que consta do anexo II ao presente regulamento, do qual é parte integrante.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO I

**Quadro de pessoal a que se refere o artigo 10.º
do regulamento interno que antecede**

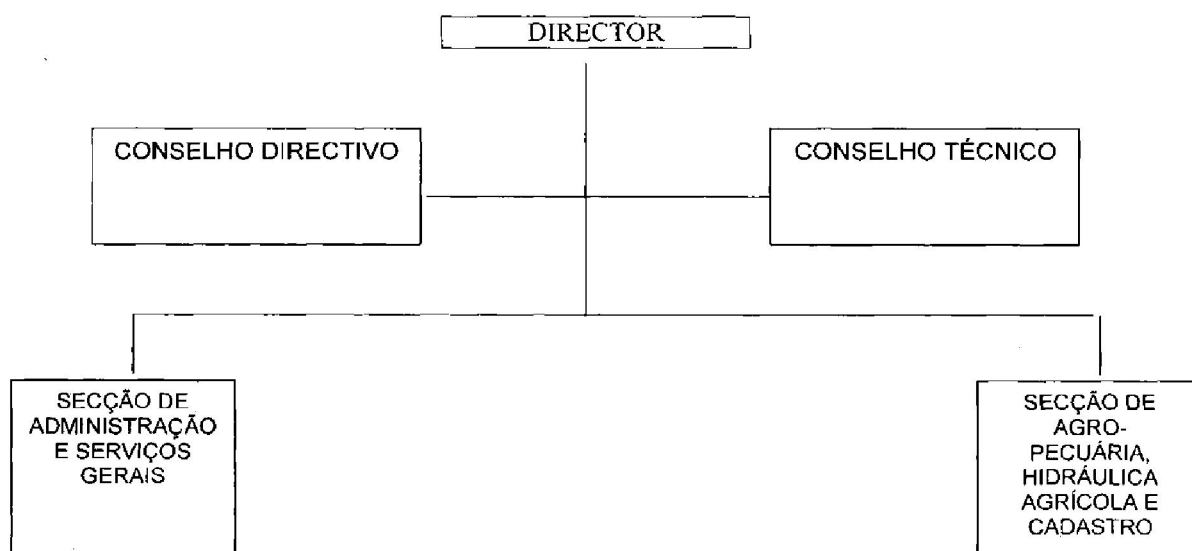
Grupo de Pessoal	Cargo/Categoria	N.º de Lugares
Chefia	Chefe de Departamento	1
	Chefe de secção	3
Técnico Superior	Técnico Superior Principal	1
	Técnico Superior de 1.ª Classe	3
	Técnico Superior de 2.ª Classe	2
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	2
	Técnico Médio de 1.ª Classe	3
	Técnico Médio de 2.ª classe	4
	Técnico Médio de 3.ª Classe	2

Grupo de Pessoal	Cargo/Categoria	N.º de Lugares
Administrativo	Oficial Administrativo Principal	1
	Primeiro Oficial	1
	Escriturário-Dactilógrafo	1
Auxiliar	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	1
	Auxiliar Administrativo Principal	1
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	1
	Auxiliar de Limpeza Principal	
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	1
Operário Qualificado	Encarregado	2
	Operário Qualificado de 1.ª Classe	1
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	2
Operário não qualificado	Encarregado	1
	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	2
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	2

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO II

**Organograma do Gabinete de Desenvolvimento Hidroagrícola do Bom Jesus a que se refere
o artigo 11.º do regulamento que antecede**



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Decreto Executivo n.º 193/13
de 4 de Junho**

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Inspeção, a que se refere o artigo 20.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno do Gabinete de Inspeção do Ministério da Agricultura, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Junho de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.